

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Exigência de aval para privatização divide o Supremo	2
Título: Ibovespa cai com ajustes e cautela com Petrobras	4
Título: Deputados aprovam Orçamento impositivo	5
Título: Curtas	6
Título: Investimento do setor público sobe em 2018, puxado por estatais	7
Título: Novas usinas em MS mudam relação entre setor elétrico e área ambiental.....	8
Título: Destaques	9
Título: Andrade Gutierrez e HTB vão reerguer distritos em Mariana.....	10
Título: Agência pretende editar regra sobre barragem até dia 30	12
Título: Appian inicia mineração de cobre no Brasil.....	13
Título: Ações da Braskem não cobrem garantia	15
Título: Zeg aposta em certificados para veículos elétricos	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	19
Título: STF define hoje se Congresso tem de dar aval à venda de estatais	19
Título: Petrobrás perde R\$ 150 milhões por ano com furto de combustíveis.....	20
Título: Orçamento Impositivo é aprovado	21
Título: Odebrecht opõe bancos e Caixa insiste em executar	22
Título: Com recuperação, Odebrecht ‘blinda’ Braskem de credor	24
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	25
Título: Julgamento sobre vendas de estatais tem empate parcial	25
Título: Petróleo cai para a menor cotação desde janeiro	26
Título: Amigo de Bolsonaro é nomeado assessor da chefia da Petrobras com salário de R\$ 55 mil.....	27

VEÍCULO: O Globo	29
Título: A Petrobras em suspenso	29
Título: Foco na crise e na rua	30
Título: Amigo de Bolsonaro terá cargo de R\$ 55 mil na Petrobras	33
Título: STF retoma hoje julgamento sobre critérios de privatização	34
Título: Câmara aprova redução de controle sobre Orçamento	35
Título: Novo plano de ajuda aos estados é paliativo	36
Título: Parlamento toma as rédeas	38

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Mariana Muniz e Luísa Martins | De Brasília

Título: Exigência de aval para privatização divide o Supremo

Ao retomar o julgamento das liminares nas ações sobre a necessidade de autorização legislativa e processo licitatório para a venda de estatais e subsidiárias, ontem, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) ficou com o placar empatado. Por enquanto, dois ministros votaram para manter a decisão de Ricardo Lewandowski - que prevê o aval do Legislativo -, e dois ministros para suspendê-la.

O julgamento foi acompanhado de perto pelo presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e pelo ministro de **Minas e Energia, Bento Albuquerque**, que nesta semana visitou o gabinete de alguns integrantes da Corte para tratar do tema, considerado crucial para o governo Jair Bolsonaro.

O empate visto no segundo dia de julgamento das liminares confirma a tendência de que o placar será apertado no Supremo. A discussão será retomada hoje, quando devem apresentar suas manifestações os ministros Rosa Weber, Cármen Lúcia, Luiz Fux, Gilmar Mendes, Marco Aurélio Mello, Celso de Mello e Dias Toffoli.

Relator das três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) que tratam sobre a necessidade ou não de autorização legislativa para privatizações, Lewandowski votou para confirmar a liminar dada por ele em junho de 2018. "Voto para referendar a liminar para conferir interpretação conforme de modo a afirmar que venda de ações de empresas públicas exige autorização legislativa, bem como prévia licitação pública, dispensada quando não importar em perda de controle acionário", disse o ministro.

A liminar de Lewandowski prevê ainda que deve haver lei específica para cada estatal (seja ela municipal, estadual ou federal) em casos de venda de mais de 50% de suas ações à iniciativa privada.

Ao longo de seu voto, o relator elogiou a Lei 9.491 (a chamada Lei das Privatizações), implementada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, e lembrou que a norma ainda está em vigor. Para ele, o dispositivo estabelece uma série de procedimentos que devem ser adotados antes da licitação e privatização, o que demonstra transparência, já que submete o processo a uma série de outras condicionantes.

"Permitir a venda direta de ações em montante suficiente a perder o controle acionário de estatal poderia atentar contra a Constituição, que diz que todas as alienações devem ser realizadas mediante processo de licitação pública", reforçou.

A divergência foi aberta pelo ministro Alexandre de Moraes ao defender que o Estado pode vender subsidiárias sem autorização do Congresso, mas não perder o controle acionário da "empresa-mãe". Sua compreensão é a de que, se não há autorização legislativa específica, mas só genérica, para criar subsidiárias, o mesmo deve ocorrer na venda. "Entendimento contrário levaria à inconstitucionalidade imediata de todas as subsidiárias, já que nenhuma das que existem hoje no Brasil está amparada por lei específica."

O ministro sustentou que a única limitação que deve existir é para que o estado não perca o controle acionário da empresa principal.

Lewandowski foi acompanhado pelo ministro Edson Fachin, relator da ação que trata da venda da TAG, subsidiária da Petrobras. Em decisão liminar do último dia 24, a venda da empresa para o consórcio formado entre Engie e o fundo canadense CDPO, por US\$ 8,6 bilhões, foi suspensa sob a alegação de falta de licitação.

Último a votar, o ministro Luís Roberto Barroso acompanhou Moraes e disse que alienação de controle acionário de subsidiárias não exige autorização legislativa, nem licitação. "O Congresso Nacional tem circunstâncias políticas

que não correspondem às necessidades econômicas da empresa. Há uma assimetria e penso que esta não é a melhor interpretação para a Constituição", afirmou.

Sobre a licitação, Barroso disse ser "equívoco supor que há um modelo carimbado e único para realizar o certame". Para o ministro, o que a Constituição diz é que a competição respeite os princípios da moralidade e da impessoalidade, delegando à administração pública a capacidade de fazer a melhor escolha de contrato.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/06/2019

Seção: Finanças

Autor: Ana Carolina Neira e Daniela Meibak | De São Paulo

Título: Ibovespa cai com ajustes e cautela com Petrobras

O bom humor que sustentou os mercados locais nas últimas semanas deu lugar à precaução ontem. Em um dia de ajustes nos principais ativos brasileiros, o Ibovespa caiu durante quase toda a sessão e encerrou em baixa de 1,42%, aos 95.999 pontos. Já os juros futuros deram uma pausa na trajetória de queda e fecharam em leve alta. A taxa do DI para janeiro de 2025 subiu de 7,84% para 7,92%.

O comportamento dos ativos reflete a cautela reforçada dos investidores frente ao noticiário político, o que resultou numa oportunidade de embolsar lucros. Para Eduardo Prado, sócio e responsável pela mesa de renda variável da RJ Investimentos, as incertezas políticas pesaram mais no dia. "Foi a oportunidade para a realização de lucros após algumas subidas fortes [do Ibovespa], enquanto o mercado espera o que vem a seguir no Congresso."

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) começaram a votar ontem as medidas cautelares nas ações de inconstitucionalidade que questionam a Lei das Estatais. O principal ponto aqui é a permissão para venda de ativos de estatais sem licitação, o que impede a negociação da Transportadora Associada de Gás (TAG) pela Petrobras. A sessão do STF foi encerrada sem uma definição e será retomada hoje. O placar está empatado em dois votos para cada lado. Sete ministros ainda precisam votar. Ontem, a apreensão com o julgamento e a baixa nos preços do petróleo contribuíram para o recuo da Petrobras na bolsa: a ação ON caiu 1,41% e a PN perdeu 1,30%.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/06/2019****Seção: Política****Autor: Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro | De Brasília****Título: Deputados aprovam Orçamento impositivo**

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em dois turnos, a proposta de emenda à Constituição (PEC) do Orçamento impositivo, que torna obrigatório o pagamento das emendas de bancada e as despesas "finalíssimas" (o que será disciplinado na Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas visa, principalmente, os investimentos). Além disso, foi incluída emenda para permitir que a Petrobras seja ressarcida pela revisão do contrato da cessão onerosa do pré-sal na bacia de Santos e que o novo leilão da área tenha o bônus de assinatura dividido com Estados e municípios.

Pela emenda, os governadores terão direito a 15% do bônus (cerca de R\$ 11,5 bilhões) e os prefeitos, a outros 15%. O governo federal ficará com cerca de R\$ 49 bilhões. A emenda à Constituição foi necessária porque o Teto de Gastos, que restringe o crescimento das despesas à inflação, impedia a divisão dos recursos e o pagamento à Petrobras, o que será autorizado pela PEC. Essa parte, contudo, ainda depende de aprovação pelo Senado.

Após a votação, os senadores ainda devem discutir qual o percentual dos recursos pela exploração do pré-sal que ficarão com governadores, ao votarem um projeto de lei que já está em discussão (e que muda o modelo de exploração, da cessão onerosa para o de partilha, que dá mais dinheiro para Estados e municípios). A equipe econômica queria restringir que o projeto fosse de iniciativa do Executivo, mas isso foi rejeitado pela Câmara.

Já a parte que torna obrigatória a execução das emendas e das despesas "finalíssimas" no Orçamento será encaminhada para promulgação pelo Congresso Nacional. Por ser uma emenda à Constituição, o presidente Jair Bolsonaro não poderá vetar.

A proposta reduz o poder de negociação do governo, que tradicionalmente usa as emendas parlamentares para "premiar" aqueles que votam com a pauta de interesse do Executivo e seguram o pagamento das emendas de quem é oposição. Os recursos são destinados para obras em redutos eleitorais de

deputados e senadores, o que rende votos. Apesar disso, o PSL de Bolsonaro votou a favor, dizendo que acabará com o "toma-lá-dá-cá".

Hoje as emendas parlamentares individuais, feitas por cada deputado e senador, já tem a execução obrigatória no valor de 1,2% da receita corrente líquida (RCL). O texto torna impositivo o pagamento das emendas de bancada, feitas pelo conjunto de parlamentares de cada Estado. Eles terão direito a 0,8% da RCL em 2020 e 1,0% a partir de 2021.

Desde 2016, por determinação da LDO, o governo já é obrigado a reservar 0,6% da RCL para pagar as emendas de bancada. A PEC elevará o montante impositivo de R\$ 4,6 bilhões para R\$ 8,3 bilhões a partir de 2021 - em torno de R\$ 300 milhões por Estado.

O governo ainda terá a obrigação de executar as "despesas finalíssimas" e só poderá remanejar sem justificativas o custeio da máquina pública, como despesas com luz e água, o que torna limitados os cortes possíveis. No Orçamento de 2019, eles representam R\$ 45 bilhões de R\$ 1,4 trilhão em despesas primárias do governo. Os demais gastos são com salários, aposentadorias, pensões e benefícios obrigatórios, que não podem ser contingenciados.

VEÍCULO:	Valor Econômico
-----------------	------------------------

Data:	06/06/2019
--------------	-------------------

Seção:	Empresas
---------------	-----------------

Autor:	
---------------	--

Título:	Curtas
----------------	---------------

Omega conclui aquisição

A Omega Geração concluiu a aquisição do Complexo Eólico Assuruá, na Bahia, que possui 13 centrais eólicas, totalizando 303 megawatts (MW) de capacidade instalada. A aquisição foi anunciada em 31 de dezembro. O valor final da transação foi de R\$ 1,9 bilhão, sendo composto por R\$ 1,01 bilhão em endividamento líquido, R\$ 548 milhões pagos em dinheiro ontem, R\$ 30 milhões a serem dispendidos em dinheiro ao longo de segundo semestre de 2019 e R\$ 329 milhões a serem pagos em ações ou dinheiro, em até três anos, a critério da Omega.

TCU suspende Skanska

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) suspendeu a participação de mais uma empresa, a Skanska Brasil, em licitações públicas na esfera federal após constatar envolvimento em fraude na contratação de serviços e equipamento pela Petrobras na Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco. A sanção foi estabelecida com a declaração de inidoneidade da empresa pelo prazo de um ano. A pena foi considerada mais leve em relação à aplicada a outras construtoras, que foram impedidas de entrar em novas licitações por até cinco anos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/06/2019

Seção: Brasil

Autor: Sergio Lamucci | De São Paulo

Título: Investimento do setor público sobe em 2018, puxado por estatais

O investimento do setor público aumentou de 1,85% do PIB em 2017 para 2,43% do PIB em 2018, mas o nível ainda é muito baixo, o terceiro menor da série histórica iniciada em 1947. Nessa conta, estão incluídos União, Estados, municípios e empresas estatais federais, como Petrobras e Eletrobras. A alta se concentrou nas estatais, que elevaram os gastos de capital para 1,24% do PIB no ano passado, depois do mínimo de 0,69% do PIB atingido no ano anterior. Os números são do Observatório de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

O volume investido como proporção do PIB pelo conjunto formado por governo federal, Estados e municípios quase não saiu do lugar - passou de 1,16% do PIB em 2017 para 1,19% do PIB em 2018. No caso da União, o investimento foi de 0,38% para 0,37% do PIB. O dos Estados teve leve alta, de 0,45% para 0,48% do PIB, enquanto o dos municípios permaneceu em 0,34% do PIB.

Coordenador do Observatório, o economista Manoel Pires destaca que o aumento de investimentos em 2018 era esperado, por ser um processo comum em anos eleitorais. É algo que tem se repetido desde 1998, segundo ele. Em 2014, União, Estados e municípios aumentaram o volume investido. Houve uma queda naquele ano nos gastos de capital das estatais federais porque o ajuste na Petrobras começou antes, lembra Pires. A empresa estava muito endividada e 2014 foi o ano em que houve a primeira fase da Operação Lava-Jato.

No ano passado, o volume investido pelas estatais voltou a subir, depois de cair por quatro anos seguidos. Essas empresas também sofrem os efeitos do ciclo eleitoral, de acordo com Pires.

O investimento do setor público caiu com força especialmente a partir de 2015, dada a situação fiscal precária de União e de grande parte de Estados e municípios e as dificuldades de uma companhia como a Petrobras. Em 2014, o total investido pelo setor público foi de quase 4% do PIB, número que caiu para o mínimo de 1,85% do PIB em 2017. Segundo Pires, há na verdade uma tendência de queda "desde o fim dos anos 1970, brevemente interrompida no período do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] entre 2007 e 2014".

"Iniciamos um novo ciclo em 2019 e um dos objetivos do país deve ser promover o desenvolvimento da sua infraestrutura das mais variadas formas, tanto pública quanto privada", diz Pires, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. "A recuperação do investimento público deve ser um dos vários objetivos para retomarmos o crescimento econômico", escreve ele, em post no Observatório de Política Fiscal. Para Pires, é importante que o crescimento de 2018 não seja apenas um solução resultante dos interesses eleitorais do período. "A questão substantiva é se esse aumento significa reversão da queda ou não, e me parece que a resposta é não."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/06/2019

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Novas usinas em MS mudam relação entre setor elétrico e área ambiental

A construção e o mero planejamento de novas usinas hidrelétricas costumam gerar conflitos entre empreendedores e a área ambiental, mas uma experiência em Mato Grosso do Sul demonstra que esse embate não precisa ser tão inevitável como parece.

Pela primeira vez, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o inventário de um conjunto de pequenas centrais hidrelétricas foi feito com a participação do órgão responsável pelo licenciamento desde o início.

O resultado foi animador para os dois lados. A análise preliminar do Instituto de Meio Ambiente (Imasul) reduziu de 11 para sete o número de aproveitamentos prospectados no rio Pardo e em seus afluentes. Em vez de 197 megawatts (MW) de capacidade instalada, a geração potencial teve que cair para 130 MW.

Logo de cara foram descartados empreendimentos com maior risco de perda de biodiversidade, rotas de fuga mais complicadas para peixes em migração ou

uma relação desfavorável entre o tamanho do futuro reservatório e a produção de energia.

Por outro lado, as usinas que passaram no primeiro pente-fino já têm uma espécie de "pré-viabilidade". Ou seja, o aceno do órgão ambiental de que as pequenas hidrelétricas restantes não têm restrições tão sensíveis a ponto de inviabilizar a emissão de licença prévia. Na prática, a sinalização é de que, feitos os estudos detalhados apontando iniciativas de compensação e mitigação dos riscos, não haveria barreira ao avanço no processo de licenciamento.

O investimento total para as sete usinas - Barreiro, São Sebastião, Cachoeira Branca, Botas, Ribas, Recreio Jusante e Cervo - é estimado em R\$ 1 bilhão. A eletricidade produzida poderia atender cerca de 1 milhão de pessoas.

"Estamos substituindo a tensão habitual por uma agenda de sinergias entre o setor elétrico e a área ambiental", afirma o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, defensor de uma aproximação da agência com agentes licenciadores para o que ele chama de "inventários participativos". Um dos maiores ganhos, acrescenta Pepitone, é diminuir o risco de judicialização. "Vamos buscar esse modelo nos demais Estados."

De forma praticamente simultâneas, a Aneel deve aprovar o inventário feito pela Flamarpar Investimentos e o Imasul pretende emitir o termo de referência para os estudos ambientais. "Não há uma garantia de licença prévia, obviamente, mas pelo menos já eliminamos as questões mais críticas", completa o diretor de licenciamento do instituto de Mato Grosso do Sul, André Borges.

"Os impactos sempre vão existir, mas vamos atrás das melhores práticas para minimizá-los. A avaliação ambiental integrada é uma espécie de zoneamento prévio, em que olhamos para a bacia como um todo, vendo cada aproveitamento potencial. Isso tem que se tornar uma tendência", avalia Borges. "Assim evitamos pressão, conflito, perda de recursos privados e de recursos humanos no setor público. É um ganha-ganha", conclui Pepitone.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/06/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Energia solar na Ambev

A Ambev fechou contrato com as empresas Alexandria, Solutions Energia, Gera Energia Brasil e GB Eco Solutions para a construção de 31 usinas solares neste ano. As empresas de energia investirão R\$ 50 milhões na instalação das usinas. Já a Ambev vai pagar a esses parceiros R\$ 140 milhões durante dez anos pelo uso da energia gerada. Após esse prazo, a cervejaria torna-se dona das usinas. As usinas terão 50 mil painéis solares e vão abastecer os 94 centros de distribuição da fabricante de bebidas no país. A Ambev também tem projetos com energia eólica na Argentina e no Chile. A meta do grupo é ter 100% da eletricidade que consome vinda de fontes limpas até 2025.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Andrade Gutierrez e HTB vão reerguer distritos em Mariana

As construtoras Andrade Gutierrez e HTB foram escolhidas pela Fundação Renova para refazerem duas comunidades da cidade de Mariana, em Minas Gerais, destruídas em 2015 pela queda da barragem de Fundão, da mineradora Samarco. As empresas terão a missão de construir casas, igrejas, praças, postos de saúde e outros bens públicos.

As construtoras assinaram ontem cartas de intenção com a fundação e têm 30 dias, renováveis por mais 30, para assinarem contrato definitivo, informou ao **Valor** Carlos Rogério Freire de Carvalho, diretor de Reconstrução e Infraestrutura da Renova.

A Renova é a instituição mantida pelos acionistas da Samarco, a Vale e a BHP Billiton, para por em prática as medidas de reparação e compensação relacionadas ao desastre ocorrido em 5 de novembro de 2015 que deixou 19 mortos.

Uma das comunidades reconstruída é Bento Rodrigues, atingida pela onda de lama e rejeito de minério de ferro que desceu de Fundão. A outra comunidade é Paracatu de Baixo, também destruída pela lama, mas com danos menores.

As duas localidades são subdistritos de Mariana e serão refeitos em duas novas áreas do município escolhidas pelos moradores.

Segundo Carvalho, os contratos com as construtoras não terão um valor fechado porque serão firmados sob a modalidade de administração. Ou seja, a

Renova negociará uma taxa de remuneração às empresas e escolherá com elas quais insumos e a que preço vai adquiri-los ao longo das obras.

Paracatu e Bento Rodrigues foram destruídos pela queda da barragem de Fundão, da Samarco, em 2015

A Renova tem um orçamento estimado de R\$ 1 bilhão para reassentar moradores de Bento, Paracatu de Baixo, além dos da comunidade de Gesteira e para reassentamentos familiares, disse Carvalho. Deste montante, R\$ 235 milhões, já estão reservados para serem aportados este ano. A maior fatia de recursos irá para os dois maiores reassentamentos: Bento e Paracatu.

Bento Rodrigues terá 230 casas, escola, duas igrejas, campo de futebol, quadra poliesportiva, posto de saúde, associação comunitária, reservatório de água, duas estações de tratamento de esgoto, entre outros bens. Paracatu terá 113 casas, nove sítios, uma igreja e outros espaços públicos. Uma definição mais precisa dos custos e dos prazos das obras deverá ser feita com a ajuda das construtoras.

As obras de infraestrutura e os processos de licenciamento do novo Bento Rodrigues estão mais avançados. Lá equipes contratadas pela Renova trabalham desde o ano passado na construção e pavimentação de vias, em obras de drenagem, esgoto e água.

Uma vez assinados os contratos, Andrade e a HTB terão de erguer versões renovadas das duas comunidades destruídas, desenhadas ao gosto dos moradores.

O processo de escolha das construtoras que vão atuar em Bento e Paracatu começou em dezembro, depois de um longo período de reuniões com moradores, Ministério Público e assessorias técnicas.

A Renova apresentou às famílias atingidas uma lista de construtoras e, então, enviou cartas convites às empresas. Acabou selecionando Andrade e HTB com base na capacidade financeira, capacidade técnica e histórico de obras.

A HTB é uma empresa de origem alemã, que opera no Brasil há mais de 50 anos. A Andrade, atingida pela Operação Lava-Jato, como outras grandes, tem um extenso portfólio de obras. "Verificamos junto ao Ministério Público que a empresa está apta até para ser contratada por estatais", afirmou Carvalho sobre a Andrade Gutierrez.

Antes de serem reassentadas, as famílias que perderam suas casas na lama da Samarco continuam vivendo em imóveis alugados pela Fundação Renova.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/06/2019****Seção: Empresas****Autor: Francisco Góes | Do Rio****Título: Agência pretende editar regra sobre barragem até dia 30**

A Agência Nacional de Mineração (ANM) pretende editar até 30 de junho a versão definitiva de uma norma que estabelece novas medidas regulatórias para as barragens construídas pelo método de alteamento a montante, o mesmo usado nas estruturas de Fundão, da Samarco, e de Brumadinho, da Vale, que se romperam em novembro de 2015 e em janeiro de 2019, respectivamente.

As novas regras serão definidas tomando como ponto de partida a primeira versão da resolução nº 4 da ANM, publicada em 18 de fevereiro deste ano, pouco depois da tragédia de Brumadinho. A resolução proíbe, em seu artigo segundo, a construção de barragens no país pelo método de alteamento a montante. Depois de editar essa resolução, que determina uma série de mudanças para as barragens a montante, a agência abriu um período para sugestões do setor.

No total, a ANM recebeu 273 contribuições de empresas mineradoras e de entidades como o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM). Agora existe a expectativa em relação à norma definitiva que será publicada pela ANM até dia 30. Embora haja um reconhecimento, por parte das mineradoras e das empresas de pesquisa mineral, da necessidade das medidas previstas na resolução nº 4, há também entre advogados do setor a avaliação de que as regras contidas no texto foram feitas sob o impacto imediato de Brumadinho, com prazos de implementação muito exíguos em alguns casos.

O Ibram disse, em nota, que reuniu associados e protocolou contribuições. "A principal contribuição foi referente aos prazos estabelecidos, uma vez que existe uma limitação de fornecedores e consultorias especializadas para atender à nova resolução", afirmou o instituto. O Ibram também abordou outros temas, como a compatibilização da resolução com a NR-22 da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e legislação específica do Estado de Minas Gerais.

No artigo 3º, por exemplo, a resolução da ANM diz que os empreendedores responsáveis por barragens de mineração ficam proibidos de construir uma

série de instalações na chamada Zona de Autossalvamento (ZAS), que é uma extensão de terra a justante da barragem que será afetada em caso de rompimento do reservatório. Entre as instalações que ficam proibidas de serem erguidas na ZAS estão aquelas que incluam presença humana, como alojamentos e refeitórios. Também se proíbe a construção de "barramentos" para armazenar efluentes líquidos a jusante de barragem de mineração.

Os prazos para apresentar projetos de desativação das instalações citadas pelo artigo 3º da resolução são determinados no artigo 4º. Os projetos para desativação de instalações devem ser apresentados até 15 de agosto enquanto no caso dos barramentos o prazo é de 15 de agosto de 2020. Os prazos foram considerados exíguos, segundo advogados. Há outros prazos contidos na norma, da mesma forma curtos em termos de execução. Isso fez com que das 273 sugestões feitas por empresas e entidades no âmbito da resolução nº 4, 63 tratem, exclusivamente, da questão de prazos, apurou **Valor**.

A ABPM foi uma das entidades que fizeram sugestões sobre a exiguidade dos prazos. "O importante é focar na segurança da barragem existente até que se promovam as mudanças. Nossa sugestão seria poder o empreendedor, quando justificado e aprovado pela ANM, propor cronograma mais dilatado."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: Appian inicia mineração de cobre no Brasil

O fundo de investimento londrino Appian Natural está iniciando as operações em mineração no Brasil. A instituição tem duas minas no Nordeste, uma de cobre em Alagoas e uma de níquel na Bahia. O empreendimento em Alagoas, Projeto Serrote da Mineração Vale Verde (MVV), em Craíbas, região Agreste do Estado, terá investimento de R\$ 750 milhões para produzir 100 milhões de concentrado de cobre por ano. Toda a produção será destinada ao mercado externo, apurou o **Valor**.

Segundo uma fonte próxima ao negócio, o fundo já estrutura o projeto financeiro e a intenção é ter 60% dos recursos oriundos de linhas de financiamentos e o restante será de caixa próprio. O banco BNP Paribas é uma das instituições que estão no páreo para o projeto. Em nota, o BNP informou que "não se manifesta sobre eventuais ou potenciais transações envolvendo seus clientes ou potenciais clientes."

"O financiamento está sendo buscado junto às instituições internacionais e a Endeavor Financial está assessorando o fundo nessa captação", segundo a fonte. Em três meses a operação deverá ser concluída, apurou o **Valor**.

Mineração Vale Verde produzirá 100 milhões de toneladas por ano de concentrado de cobre e deve operar em 2021

O projeto está a pleno vapor. A companhia já comprou o maquinário e está iniciando neste mês a terraplenagem no local. A previsão é que as obras durem por 18 meses e a mina entre em operação em 2021. Segundo a companhia, a fabricante de equipamentos FLSmidth vai fornecer o sistema de moagem do projeto, que inclui o moinho de bolas, hidrociclones e bombas da moagem. "A previsão é de geração de até 1,2 mil empregos diretos e indiretos durante o pico da construção no ano que vem", disse a fonte.

O destino do concentrado do cobre produzido em Serrote será o mercado asiático e europeu e, segundo o **Valor** apurou, irá abastecer fundições dessas regiões. Ainda não está definido por qual porto será exportada a produção. O mais provável é o porto de Maceió (AL) ou Aracaju (SE). Todo o transporte até o terminal portuário será feito por caminhão.

"O mercado promissor para o concentrado de cobre é o automotivo. Países como a China estão mais avançados em projetos de carros elétricos e a demanda por cobre é muito alta. Se em um veículos convencionais se usa 25 quilos de cobre, nos movidos à eletricidade utiliza-se 75 quilos. A companhia pode ser um dos grandes fornecedores dessa matéria-prima", disse uma fonte próxima da empresa.

O projeto conta com apoio fiscal do governo estadual. Segundo o secretário de estado de desenvolvimento econômico, Rafael Brito, a Mineração Vale Verde terá um desconto de 92% no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) quando começar a produzir e vender o concentrado de cobre. "Além disso, todo insumo e maquinário será isento do imposto. O que calculamos foi o quanto essa empresa pode gerar de empregos e movimentar a economia local, não o quanto o fisco perde em arrecadação", disse Brito, acrescentando que o benefício fiscal se estenderá por 15 anos.

O outro empreendimento que o Fundo Appian está operando no Brasil é a mina de níquel Atlantics Nickel, antiga Mirabela, na cidade de Itagibá (BA). O fundo comprou a operação no fim de 2017 por US\$ 40 milhões e, agora retoma a operação da Mina Santa Rita, paralisadas desde 2016. "O projeto se tornou inviável pelo preço internacional do níquel, que na época era cotado a US\$ 7,8 mil a tonelada métrica de concentrado de níquel. Hoje, esse valor chega a US\$ 12,3 mil a tonelada métrica", disse uma fonte com conhecimento no assunto.

A produção, de 110 mil toneladas de concentrado de níquel, está prevista para ser iniciada ao fim deste ano, apurou o **Valor**. Atualmente, são gerados 650 empregos, entre próprios e terceiros. A expectativa da companhia é de retomar sua produção na Mina Santa Rita, uma das maiores minas de níquel sulfetado a céu aberto do mundo, no último trimestre de 2019 e atingir sua capacidade máxima de produção ao longo dos próximos anos.

E, assim como o projeto de cobre, a produção será destinada ao mercado internacional. "A logística de exportação será feita por caminhão até o porto Sul, em Ilhéus, que deve entrar em operação em 2021. Até então, a companhia vai usar as alternativas no Nordeste para exportar", disse a fonte

O Appian foi criado em 2014 com o objetivo de investimentos em empresas de metais e de mineração, principalmente metais de base e projetos menores. O fundo não tem projetos que envolvem minério de ferro, que exigem investimentos e infraestrutura maiores.

O fundo, com sede em Jersey, na Inglaterra, se concentrar em investir em ativos pequenos e médios ou em empresas nos setores de metais e de mineração em regiões selecionadas na América Latina, América do Norte, África e Europa. Ele busca parceria com proprietários locais, gestores e investidores para alavancar a sua experiência operacional e corporativa de classe mundial para gerar um valor significativo para os investidores do fundo e outras partes interessadas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti e Talita Moreira | De São Paulo

Título: Ações da Braskem não cobrem garantia

Após a forte queda na bolsa nos últimos dias, as ações da Braskem detidas pela Odebrecht não estão cobrindo integralmente as dívidas que garantem. Há um déficit, neste momento, de R\$ 2,3 bilhões. O grupo fundado por Norberto Odebrecht em 1944 detém 38,3% do capital total da petroquímica - 50,1% das ações ordinárias e 22,9% das preferenciais. Desde maio de 2018, os papéis garantem R\$ 12,7 bilhões em dívidas com Itaú, Bradesco, BNDES, Banco do Brasil e Santander do sistema Odebrecht - holding e outras controladas.

Pelo valor da Braskem na B3, de R\$ 27,2 bilhões, a fatia da Odebrecht equivale a R\$ 10,4 bilhões - abaixo do valor de face das dívidas que deveria cobrir. Para proteger por completo as dívidas, a ação da petroquímica precisa estar cotadas a R\$ 41,57, mas fechou o pregão de ontem em R\$ 34,10.

A Braskem é o principal ativo que o grupo possui em valor absoluto, mesmo com o atual ciclo de baixa no setor petroquímico. É, portanto, o ovo de ouro que todos os credores querem. Mas, só nesta semana, perdeu R\$ 7 bilhões em valor de mercado.

Petroquímica perdeu R\$ 7 bilhões em valor de mercado nesta semana, após suspensão de venda do controle

Os credores nacionais, os seis maiores bancos do país, têm cerca de R\$ 40 bilhões em exposição ao grupo, considerando todos os negócios - sendo cerca de R\$ 20 bilhões garantidos ou avalizados pela ODB. Nesse grupo, a Caixa é a única que não possui nenhum crédito garantido por Braskem.

A instituição, comandada por Pedro Guimarães, tem sinalizado que pode executar os avais das dívidas da Atvos, que foi à recuperação judicial na semana passada. Fonte próxima à instituição diz que o banco está, desde março, tentando uma negociação com a Odebrecht e os demais credores para acessar as garantias de Braskem. Contudo, interlocutores consultados pelo **Valor** negam que o pedido tenha sido apresentado.

O modelo desejado para reestruturação das dívidas do grupo garantidas pela holding (dentro ou fora de uma recuperação judicial) é a conversão de ao menos parte das responsabilidades num instrumento semelhante a uma debênture de participação em resultado (DPL). O grupo usou essa estrutura para as dívidas corporativas da Ocyan, de óleo e gás, em 2017, e também é a proposta para o valor a ser cortado nos bônus externos garantidos pela OEC (Odebrecht Engenharia e Construção).

Nessa estrutura, as dívidas migrariam para uma holding nova onde ficariam esses compromissos. Trata-se de um instrumento muito semelhante a ações preferenciais americanas - não há vencimento, nem juros, mas um dividendo pré-estabelecido.

Nos estudos para a reestruturação, é considerada a possibilidade de uso de parte das ações da Braskem - que já estão dadas em alienação fiduciária - para "cobrir" parte dessas DPLs. Pelo que já foi considerado, quando e se Braskem for vendida, os ganhos com a alienação serviriam para amortizar parte da dívida convertida. Para isso ser possível, os bancos que hoje possuem a garantia precisam aceitar.

Alienação fiduciária, embora existam muitos debates dentro das recuperações judiciais que ocorrem no país, está entre as formas mais seguras de garantia. As dívidas com esse tipo de lastro em tese ficam de fora de uma recuperação

judicial por serem consideradas extraconcursais, como compromissos fiscais e tributários.

Por isso, a próxima semana será crucial para o futuro da Odebrecht. A Caixa aguarda até lá a reação dos demais credores e da própria companhia ao seu pedido para ter acesso às ações da Braskem. Caso contrário, pode executar as dívidas.

Uma reunião entre todos os credores para tratar do assunto está marcada para segunda-feira. A Odebrecht, por sua vez, trabalha num pedido de recuperação judicial para a semana do dia 17, caso não haja uma solução negociada até lá. Há, assim, um descompasso de prazos que aumenta a pressão sobre a companhia, mas a avaliação de fontes próximas a credores é que ele é administrável. Não se descarta, inclusive, um adiamento da reunião com os bancos.

A Caixa tem R\$ 2,2 bilhões em empréstimos a empresas da Odebrecht, além de R\$ 1,5 bilhão do FI-FGTS, segundo interlocutor a par da situação do banco. Fontes próximas à Odebrecht, porém, dizem que a exposição total do banco beira os R\$ 7 bilhões.

A única garantia do banco estatal é um aval da holding do grupo. Por isso, a Caixa vem tentando melhorar sua situação pleiteando parte das ações da Braskem. Guimarães não quis comentar a situação da Odebrecht em entrevista à imprensa ontem.

O presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, por sua vez, reconheceu haver preocupação da instituição com um possível pedido de recuperação judicial do grupo. Segundo Novaes, os créditos da companhia com o banco ultrapassam R\$ 9 bilhões.

"Há preocupação, sim, lógico que há preocupação. Os bancos têm um crédito grande [com a Odebrecht], mas felizmente estão bens provisionados, em condições de enfrentar qualquer situação", disse Novaes ao sair ontem de reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, da qual também participaram Guimarães e o presidente do BNDES, Joaquim Levy.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Zeg aposta em certificados para veículos elétricos

O crescimento do uso de carros elétricos sozinho não garante a redução das emissões se a fonte de energia utilizada para abastecer os veículos não for renovável. Foi com esse pensamento que a Zeg, empresa brasileira de energia e sustentabilidade, fechou uma parceria com a Jaguar para garantir que os primeiros 250 veículos I-PACE vendidos no Brasil serão abastecidos por fontes renováveis por oito anos.

Cálculos feitos pela Zeg apontam que se o Brasil substituísse toda sua frota atual (excluindo veículos de carga) por carros elétricos, seria necessária a expansão de 21% da matriz elétrica do país. Se apenas 10% da frota for trocada, haverá necessidade de expansão em cerca de 1,4 gigawatts (GW) médios.

"Isso demonstra que a expansão da mobilidade elétrica também passa pela expansão do sistema como um todo, e entendemos que isso tem que ser feito com fontes renováveis", disse Daniel Rossi, presidente da companhia e um dos fundadores da Capitale Energia, que atua em comercialização, gestão e geração, e foi o primeiro investimento do grupo.

Para abastecer os 800 veículos elétricos da Jaguar, a Zeg estima que serão necessários 1.250 megawatts-hora (MWh) por ano, o que será garantido por meio de uma das três centrais de geração hidrelétrica (CGH) de 2,8 megawatt (MW) que a companhia pretende construir em São Paulo. "Vamos construir três CGHs com o carimbo do I-Rec para potencializar o selo Zeg de energia renovável", disse Rossi.

Os veículos da Jaguar usarão cerca de metade da potência de uma das CGHs, mas a ideia da Zeg é poder oferecer o mesmo a outros clientes corporativos da companhia e também da Capitale. "Temos outros clientes que precisam demonstrar que têm energia renovável no portfólio, não necessariamente para mobilidade", disse Rossi.

Os certificados de renovável são considerados um diferencial da Zeg para agregar valor ao serviço prestado, em um mercado que cresce cada vez mais e conta com intensa competição. "É um benefício, um diferencial que oferecemos", disse Rossi.

No caso da parceria com a Jaguar, a ideia é explorar a imagem de que os veículos elétricos não são poluentes. "É um veículo de luxo, normalmente quem o adquire não está preocupado com o preço", apontou Rossi. O certificado renovável atual, dessa forma, como diferencial "e motivo de orgulho para quem tem."

"Vamos ter também a certificação da Zeg para outras linhas de produtos. Nossa estratégia passa por associar a empresa e o conceito a grandes marcas que

querem carregar a imagem de preocupação socioambiental", disse Rossi. Eventualmente, a companhia avalia vender serviços semelhantes para outros clientes, como redes de varejo e indústrias.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/06/2019

Seção: Economia

Autor: Amanda Pupo Rafael Moraes Moura BRASÍLIA

Título: STF define hoje se Congresso tem de dar aval à venda de estatais

Por enquanto, placar está empatado em 2 a 2, mas ainda faltam os votos de 7 ministros do Supremo

Após quatro votos e um empate no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), os ministros vão retomar hoje o julgamento que decidirá sobre a necessidade de aval do Congresso para a venda de ações de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias sempre que se trate de alienar o controle acionário. Sete ministros ainda precisam votar. O plenário discute se mantém ou derruba uma liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski em junho do ano passado, que condicionou essas vendas a aprovação de lei pelo Congresso, assim como exigiu que haja um processo licitatório nessas situações.

Dados da equipe econômica indicam que a privatização de empresas estatais poderia gerar mais de R\$80 bilhões. Nas últimas semanas, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o advogado-geral da União, André Mendonça, conversaram com ministros do STF para alertar sobre a importância do tema para o governo. Primeiro a votar, Lewandowski se posicionou para manter sua liminar, no que foi acompanhado pelo ministro Edson Fachin. Quem abriu a divergência foi o ministro Alexandre de Moraes, para quem, em caso de venda ou perda de controle acionário de subsidiárias, sejam elas de empresas públicas ou de sociedade de economia mista, não há necessidade de autorização prévia do legislativo.

O ministro também entende que nesses casos é autorizado dispensar a licitação. Ele ressaltou, no entanto, que a venda de uma estatal, ou seja, a "empresa-mãe", exige a autorização do Congresso. Quarto a votar, o ministro Luís Roberto Barroso também se posicionou para derrubar a liminar de Lewandowski. Em seu voto, o ministro defende que a alienação do controle acionário de subsidiárias não precisa de autorização, e que a licitação pode ser dispensada quando há um procedimento que propicie um cenário de competitividade. Barroso usou como exemplo o processo de venda da Transportadora Associada de Gás (TAG) pela Petrobrás, que seguiu regras estipuladas pelo Tribunal de Contas da União.

Na visão de Barroso e de Moraes, esse processo já basta para a venda das subsidiárias. Apesar de os dois ministros terem citado o caso da TAG, o plenário ainda não está discutindo a venda desta empresa especificamente.

Primeiramente, o STF irá definir sua posição de forma genérica, por meio das ações em que Lewandowski é relator; depois, será o momento de analisar a ação relativa a TAG.

Tamanho. Em seu voto, Barroso defendeu que a redução do Estado, feita através dos processos de desinvestimento que as estatais tentam fazer, não afronta a Constituição, pelo contrário. Para o ministro, essa é uma forma de o poder público ajustar seu tamanho ao que prevê o texto constitucional. Barroso ainda afirmou ser necessário que a Corte "raramente" interfira em questões econômicas decididas por gestores públicos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/06/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes Mônica Ciarelli / RIO

Título: Petrobrás perde R\$ 150 milhões por ano com furto de combustíveis

Prejuízo. Preocupada com a escalada do número de furtos, que mais do que triplicou nos últimos três anos, estatal lançará programa de combate a ação de grupos criminosos; petroleira também teme efeitos dos vazamentos nas comunidades próximas aos dutos

A ação de grupos criminosos nos dutos de transporte de petróleo e derivados já causa prejuízo de R\$ 150 milhões à Petrobrás por ano, apurou o "Estado". Preocupada com a escalada do número de furtos de combustíveis, que mais do que triplicou em três anos, a estatal lança amanhã um programa de inteligência e segurança, o Pró-Dutos. Além de perdas financeiras, a empresa quer evitar também que se repita no País o cenário de violência vivido no México, onde o furto em dutos motiva assassinatos e impõe custos anuais de cerca de US\$ 1,5 bilhão à petroleira Pemex.

No Brasil, entre tentativas e episódios efetivos de furto, foram registrados 72 casos em 2016. No ano passado, o total subiu para 261, a maior parte em São Paulo (151) e no Rio de Janeiro (69). A avaliação da estatal, segundo fontes, é que organizações criminosas descobriram que a venda irregular de combustíveis é um bom negócio, sobretudo em períodos em que os preços dos combustíveis estão mais altos e a economia em recessão. Procurada, a Petrobrás confirma o lançamento do programa. Na maior parte das vezes, o foco dos bandidos é o petróleo no estado bruto (40%), mas há furtos também de derivados, como gasolina, óleo diesel e até nafta petroquímica, que, misturada a combustíveis

automotivos, tende a parar nos postos revendedores e nos tanques dos motoristas.

O problema chegou ao Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, que, frequentemente, tem a entrega de combustível de aviação interrompida porque a Transpetro, subsidiária da Petrobrás que opera os dutos, é obrigada a paralisar a atividade de tubulações onde atuaram criminosos. Além da perda de receitas, a Petrobrás está preocupada com efeitos dos vazamentos nas comunidades que se instalaram próximas aos dutos, dizem as fontes. No fim do mês passado, uma criança de 9 anos morreu em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, após cair numa poça de gasolina pura que escapou de um duto perfurado. O temor da empresa é que fatalidades como essa se repitam e tomem proporções maiores, colocando em risco comunidades inteiras.

Estratégia. Na tentativa de evitar o avanço da ação de bandidos, a estatal traçou uma estratégia internamente batizada de "método margarida". O nome faz referência à imagem de uma flor formada por oito pétalas, que representam as linhas de ataque do Pró-Dutos. A ideia é reunir autoridades em torno do combate aos furtos e formar parcerias, que podem incluir até mesmo petroleiras concorrentes, além da Polícia Federal, Ministério Público e entidades de Defesa e Justiça. Amanhã serão firmados acordos com os governos dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Funcionários da estatal e juristas ainda trabalham na formulação de um texto que deve servir de base para um marco legal que será apresentado ao Congresso pelo governo federal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/06/2019

Seção: Economia

Autor: Camila Turtelli Mariana Haubert / Brasília

Título: Orçamento Impositivo é aprovado

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em dois turnos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Orçamento Impositivo, que engessa o poder do Executivo sobre o Orçamento. A proposta obriga o governo federal a executar as emendas das bancadas estaduais. Hoje, apenas as emendas individuais dos parlamentares são obrigatórias.

Em março, a Câmara aprovou a PEC, os senadores promoveram mudanças, o que obrigou os deputados a votarem a proposta novamente.

Com a aprovação ontem, a parte da proposta aprovada pelos senadores e mantida pela Câmara seguirá para a promulgação do Congresso. Já as mudanças

sugeridas pelos deputados durante a reanálise da PEC, e que ainda não obtiveram o aval do Senado, voltarão àquela Casa para nova votação.

Os deputados aprovaram o texto substitutivo apresentado pelo relator, deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO), que manteve o texto-base encaminhado pelo Senado, mas mudou, em parte, a distribuição de recursos que serão arrecadados pelo governo com o megaleilão do pré-sal, marcado para outubro. A proposta reserva 30% dos recursos para Estados e municípios. O governo vai receber R\$ 106 bilhões com a licitação. Como o valor que será destinado à Petrobrás é de R\$ 33,6 bilhões, os Estados e municípios ficariam com R\$ 21,7 bilhões.

Para repassar esse dinheiro aos Estados e municípios, o governo precisa alterar a regra do teto de gastos, que limita o aumento das despesas à inflação. Por isso, o relator incluiu na PEC do Orçamento Impositivo esse trecho de divisão de recursos com os governos regionais, sendo 15% para Estados e 15% para os municípios. A divisão entre eles será feita por uma lei.

O texto aprovado pela Câmara no fim de março previa que, no primeiro ano, as emendas de bancada teriam valor correspondente a até 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) do ano anterior. Nos anos seguintes, a quantia seria corrigida pela inflação.

No Senado, foi feito o seguinte escalonamento, aprovado agora pela Câmara: em 2020, o valor das emendas será de 0,8% da RCL; em 2021, o valor chegará a 1% da receita; a partir de 2022, o valor será equivalente ao montante do ano anterior mais a inflação.

Como essas alterações sobre as emendas coletivas foram aprovadas pelas duas Casas do Congresso, esse trecho do texto seguirá para promulgação.

O texto aprovado passou a estabelecer exceções ao dever de execução do Orçamento. Entre as exceções estão a necessidade de bloqueio de recursos para o cumprimento de metas fiscais e limites de despesas e impedimentos técnicos justificados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: Odebrecht opõe bancos e Caixa insiste em executar

Coluna do broadcast

Os bancos credores da Odebrecht S.A. não chegaram a um consenso sobre se a melhor saída é a execução das garantias relativas a empréstimos concedidos à Atvos, braço sucroenergético do grupo. Após o encontro ocorrido na terça-feira, dia 04, a única instituição que já bateu o martelo foi a Caixa Econômica Federal, que está decidida em ir adiante caso não obtenha ações da Braskem em garantia, como os demais bancos. Se for em frente, pode arrastar todos os demais credores. A execução das garantias tem potencial de levar o grupo para a recuperação judicial, resultando no maior caso da América Latina. Banco Votorantim, que assim como a Caixa não possui papéis da petroquímica como garantia, também estaria propenso a seguir o banco público.

» Na mão da União. Um novo encontro, desta vez entre credores e a Atvos deve ocorrer na próxima segunda-feira, dia 10. Da sua dívida total de R\$ 12 bilhões apresentada à Justiça, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Brasil (BB) têm juntos 66% ou R\$ 7,95 bilhões. A Caixa aparece com R\$ 500 milhões e Votorantim, R\$ 80 milhões. O Bradesco é citado com cerca de R\$ 250 milhões e o Itaú Unibanco, com R\$ 106 milhões.

» Sai de baixo. Sob o risco de ter a holding levada à proteção da Justiça, a Odebrecht negocia nesse momento com os bancos cerca de R\$ 20 bilhões em garantias relativas às operações de empréstimos realizados para várias empresas do grupo. No entanto, uma recuperação judicial da holding puxaria as demais empresas do grupo, que têm uma dívida de R\$ 80 bilhões, sem considerar o passivo da Braskem. Procurados, Odebrecht, Caixa e Votorantim não comentaram.

» De olho. Por falar em Caixa, o banco público aguarda o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), que definirá a necessidade ou não de aval do Congresso Nacional para privatizações no Brasil, para lançar ao mercado a venda de sua participação na Petrobrás, por meio de uma oferta de ações (follow on). Mesmo com uma derrota do governo na Corte, o banco acredita que a oferta pode ser mantida. A diferença estaria no preço dos papéis.

» Calendário. A ideia da Caixa era que a venda de sua fatia da Petrobrás ocorresse no fim de maio, como já havia deixado claro quando distribuiu os pedidos de propostas aos bancos. A expectativa no momento é de que a oferta seja no dia 18 deste mês. O follow on é coordenado pelo banco público, Bank of America Merrill Lynch, Morgan Stanley, UBS e XP Investimentos. Caixa e Petrobrás não comentaram.

» Seleção. Em paralelo, a Caixa segue com a contratação dos sindicatos dos bancos que devem estruturar a oferta das subsidiárias de cartões, seguros, além da venda de sua participação em Alupar e Banco do Brasil. Até o momento só

foram escolhidos o Credit Suisse para ficar à frente da operação de cartões e o Morgan Stanley, para seguros.

» Também à espera. Já a Petrobrás aguarda uma mudança no estatuto da BR Distribuidora para vender sua participação na empresa que vende combustíveis. É preciso alterar, por exemplo, o capítulo que diz que a "companhia é uma controlada de sociedade de economia mista federal" para apenas "companhia aberta". A assembleia geral de acionistas está marcada para esta sexta-feira, dia 7. Caixa, BR e Petrobrás não comentaram.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/06/2019

Seção: Economia

Autor: Cynthia Decloedt

Título: Com recuperação, Odebrecht 'blinda' Braskem de credor

Estratégia de defesa. Caso recorra a pedido judicial, grupo conseguirá proteger sua participação na petroquímica, dada como garantia a seis empréstimos que somam R\$ 13 bi; Banco do Brasil expressou preocupação com crédito de R\$ 9 bi dado a controlador

A possibilidade de a Odebrecht entrar com pedido de recuperação judicial vai permitir a proteção de sua participação na Braskem. Um dos únicos ativos saudáveis do grupo, a petroquímica foi dada como garantia em seis empréstimos, que somam R\$ 13 bilhões. O grupo quer evitar o pedido de recuperação judicial, mas, desde que a Caixa sinalizou que poderá executar suas dívidas com a Odebrecht e o acordo de compra da Braskem foi extinto, a opção tem sido vista como uma saída iminente.

Se correr à Justiça, a Odebrecht poderá alegar que a Braskem é essencial para a recuperação do grupo e a preservação dos empregos, argumentos que os juízes costumam levar em consideração nesses casos. Além do mais, o grupo conseguiria blindar as ações da Braskem do acesso dos bancos. Os papéis foram alienados para garantir empréstimos para a controladora. Após a recuperação judicial ser reconhecida por um juiz, ficam suspensas as execuções, inclusive de alienação fiduciária e bens essenciais, de acordo com advogados especializados em recuperação judicial consultados pelo Estadão/Broadcast. Os bancos teriam, portanto, de tentar recuperar as garantias antes de a empresa entrar com o pedido de recuperação judicial.

Especialistas ponderam, porém, que esse caminho não é tão simples ou vantajoso, especialmente por uma provável queda no preço das ações, em resposta a esse movimento. O melhor seria maximizar o valor dos papéis da

Braskem – o que a Odebrecht conseguiu quando começou a negociar sua venda para a holandesa LyondellBasell. Com o anúncio do fim das conversas, na terça-feira, o valor da participação da Odebrecht na petroquímica encolheu em R\$ 1,6 bilhão com a forte queda das ações. Consenso. Caso tomassem para si as ações da Braskem, os bancos não poderiam também ficar por muito tempo com essa posição em seu balanço.

O esforço de venda exigiria ainda consenso entre as instituições financeiras sobre a eventual oferta, uma vez que alguns dos empréstimos foram concedidos em conjunto. Por isso, acrescentam os especialistas, a venda das ações da Braskem no âmbito de uma recuperação judicial eventualmente pode não ser tão ruim. As ações seriam vendidas dentro de uma Unidade Produtiva Isolada (UPI), como manda a lei de recuperação judicial, para um comprador, que teoricamente estaria protegido de problemas do grupo. A insegurança em relação à transferência de responsabilidades financeiras do grupo para o novo dono das ações foi, inclusive, um dos fatores que teriam desmotivado a Lyondell a desistir do negócio.

Esse risco existiria porque as ações da Braskem só deixariam ter o nome da Odebrecht carimbado com a quitação das dívidas da holding – um ponto de dúvida que foi agravado pelo pedido de recuperação da Atvos, o braço de açúcar e álcool do grupo, na semana passada. Ontem, o presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, afirmou que uma possível recuperação judicial da Odebrecht preocupa as instituições financeiras. Ele ressaltou, porém, que os bancos estão preparados para essa hipótese. "Há preocupação, lógico, os bancos têm um crédito grande (junto à empreiteira)", disse. "Mas felizmente estão provisionados e preparados para qualquer situação."

De acordo com o Novaes, a exposição do Banco do Brasil com a Odebrecht é de cerca de R\$ 9 bilhões. Já o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, fugiu ontem de perguntas sobre a Odebrecht. Ao ser questionado sobre o tema durante um evento, foi retirado da sala pela assessoria de imprensa do banco, que argumentou que ele não poderia falar sobre o grupo porque os empréstimos são protegidos por sigilo bancário. / COLABORARAM LORENNA RODRIGUES E EDUARDO RODRIGUES, DE BRASÍLIA

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/06/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Julgamento sobre vendas de estatais tem empate parcial

Brasília | Reuters- Com um placar de 2 a 2, o STF (Supremo Tribunal Federal) retomará nesta quinta-feira (6) a sessão suspensa nesta quarta (5) sobre a exigência ou não de aval do Congresso e de realização de licitação pública nas operações de alienação do controle acionário de estatais.

Decisão do plenário do Supremo terá repercussão sobre liminar, dada pelo ministro Edson Fachin, que suspendeu duas semanas atrás a venda já efetivada da TAG (Transportadora Associada de Gás), da Petrobras, por US\$ 8,6 bilhões, a um consórcio integrado pela francesa Engie.

Ricardo Lewandowski e Fachin votaram a favor das exigências para vendas de ativos. Alexandre de Moraes e Roberto Barroso, contra.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/06/2019

Seção: Mercado

Autor: Marta Badkar e Anjli Raval

Título: Petróleo cai para a menor cotação desde janeiro

NOVA YORK E LONDRES | FINANCIAL TIMES- O petróleo recuou nesta quarta-feira (5) para sua cotação mais baixa em seis meses, depois de os EUA divulgarem que os estoques do país registraram seu maior salto em cinco semanas, para a marca mais alta em 22 meses.

O petróleo WTI (West Texas Intermediate), que serve como padrão de petróleo cru nos EUA, caiu para US\$ 51,68. O Brent, referência no mercado internacional, recuou para US\$ 60,63 Por barril. Nos dois casos, a cotação é a menor desde janeiro.

O WTI está agora 22% abaixo de seu pico no ano, de US\$ 66,30, atingido em abril. O Brent, por sua vez, acumula queda de 18,7% em pouco mais de 30 dias, desde os US\$ 74,57 de 24 de abril.

O petróleo vem caindo devido a preocupações de que a escalada na guerra comercial entre os Estados Unidos e a China tenha efeitos colaterais sobre a economia mundial e pese sobre a demanda da matéria-prima.

Preços mais baixos para o petróleo podem solapar os esforços dos produtores mundiais da matéria-prima, liderados pela Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), de criar um mercado mais apertado por meio de restrições na oferta.

Os ministros de petróleo dos países produtores devem se reunir nas próximas semanas para decidir se manterão a política de corte de produção.

Igor Sechin, presidente-executivo da Rosneft, companhia petroleira russa, questionou nesta semana a lógica de a Rússia restringir ainda mais a sua produção, ao dizer que produtores americanos de petróleo elevariam a sua produção e roubariam mercado aos rivais russos.

"Faz sentido [para a Rússia] reduzir [a produção de petróleo] se os Estados Unidos imediatamente [nos] roubarem mercado?", disse Sechin, de acordo com a agência de notícias russa Interfax. "Temos de defender nossa fatia de mercado", ele afirmou.

Os preços do petróleo caem a despeito de fatores geopolíticos que variam de sanções mais severas dos Estados Unidos ao Irã a uma escalada das tensões no Oriente Médio.

A queda no petróleo, somada à desvalorização recente do dólar ante o real, deve aliviar os preços dos combustíveis no Brasil e, por consequência, a inflação. Na semana passada, a Petrobras anunciou redução no preço do diesel e da gasolina nas refinarias.

Tradução de Paulo Migliacci

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/06/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Amigo de Bolsonaro é nomeado assessor da chefia da Petrobras com salário de R\$ 55 mil

Rio de Janeiro- Reprovado em fevereiro na avaliação para assumir uma gerência executiva da Petrobras, o "amigo particular" do presidente Jair Bolsonaro (PSL), Carlos Victor Guerra Nagem foi nomeado no início do mês assessor da presidência da estatal.

O cargo tem salário em torno de R\$ 55 mil e, ao contrário da gerência executiva, não tem como pré-requisito a experiência em cargos de chefia.

Funcionário de carreira da Petrobras, Nagem trabalhava na área de segurança da empresa em Curitiba e nunca assumiu função comissionada na empresa.

Sua indicação para a gerência em janeiro foi defendida publicamente por Bolsonaro, mas barrada pelo comitê que analisa as nomeações por não cumprimento dos pré-requisitos mínimos para a função.

Gerências executivas são o segundo cargo na hierarquia da estatal, abaixo apenas da diretoria executiva. A nomeação causou polêmica e chegou a ser questionada por sindicatos, que alertaram sobre o descumprimento do plano de cargos da companhia.

Na época, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, negou motivação política e disse que o escolhido tinha currículo adequado. Nesta terça (4), a empresa disse em nota que ele atuará em projetos especiais da área de Inteligência e Segurança Corporativa, entre os quais um programa de proteção de dutos.

No texto, a estatal afirma que Nagem é mestre em administração pela Coppead/ UFRJ e leciona há dez anos no ensino superior. Ele é capitão-tenente reserva da Marinha. Com a alcunha de Capitão Victor, Nagem foi candidato a deputado federal pelo Paraná, em 2002, e a vereador de Curitiba, em 2016, as duas vezes pelo PSC. Em nenhuma conseguiu votos para se eleger. Na última campanha, recebeu o apoio do atual presidente, que gravou vídeo pedindo votos para o "amigo particular".

"É um homem, um cidadão que conheço há quase 30 anos. Um homem de respeito, que vai estar à disposição de vocês na Câmara lutando pelos valores familiares. E quem sabe no futuro tendo mais uma opção paranos acompanhar até Brasília", disse Bolsonaro no vídeo, à época.

Em meio à polêmica por sua indicação, em janeiro, o presidente foi ao Twitter defender o amigo. "A era do indicado sem capacitação técnica acabou, mesmo que muitos não gostem. Estamos no caminho certo!", escreveu, em um primeiro momento.

Depois, ele apagou o tuíte e publicou apenas o currículo do amigo: "A seguir o currículo do novo gerente-executivo de Inteligência e Segurança Corporativa da Petrobras, mesmo que muitos não gostem, estamos no caminho certo".

A gerência foi um dos primeiros alvos de Castello Branco que, ainda durante a transição, determinou a demissão da gerente anterior, Regina de Luca, ligada ao PT e nomeada por Pedro Parente durante o governo Michel Temer.

O cargo é hoje ocupado pelo coronel Ricardo Silva Marques, que era responsável pela área de segurança da empresa que administra o bondinho do Pão de Açúcar.

VEÍCULO: O Globo**Data: 06/06/2019****Seção: Colunas****Autor: Miriam Leitão****Título: A Petrobras em suspenso**

O grupo que comprou a TAG queria fazer a assinatura da venda em Paris, mas a direção da Petrobras não quis. Como o brasileiro anda cansado dos fatos estranhos sobre a estatal de petróleo e lembra bem de uma festa em Paris, optou-se pela assinatura discreta no escritório da empresa. Decisão acertada, tanto que logo depois, quando parte dos US\$ 8,6 bilhões estava internalizada pela Engie e pelo fundo canadense CDPQ, o ministro Edson Fachin suspendeu o negócio por liminar. Ontem o assunto foi discutido no Supremo, mas ficou inconcluso.

A direção da Petrobras dizia que ontem era o "Big Day", porque o que se decidir nesse julgamento definirá todo o programa para enfrentar a situação da empresa: muito endividada e com diversos ativos que não fazem parte do seu negócio central. A decisão mais lógica, claro, é vender ações, participações, negócios e abater a dívida. Mas o grande dia foi adiado. O julgamento terminou empatado, dois a dois, e continuará hoje. Os ministros Ricardo Lewandowski e Edson Fachin acham que para vender, mesmo subsidiárias, é preciso autorização do Congresso e tem, necessariamente, que ser por licitação.

Os ministros Alexandre Moraes e Luís Roberto Barroso discordam. Moraes considerou que essa exigência só existe quando é a venda da "empresa-mãe" e não das suas subsidiárias. Lewandowski disse que o risco seria fatar tanto a ponto de enfraquecer a "empresa-mãe", mas Moraes afirmou que se tal situação acontecesse seria uma patologia, que certamente seria impedida.

O ministro Barroso foi cristalino. A Constituição estabelece a obrigatoriedade de passar pelo Congresso quando se quer criar uma estatal, porque a intervenção do Estado no domínio econômico é a exceção. Portanto, não existe a mesma obrigação quando é o caso de alienar estes ativos, ressalvados os casos em que a Constituição estabelece, quando é necessário para a segurança nacional ou tem um relevante interesse coletivo.

— A Constituição não protege esse Estado agigantado. Ela quis a livre iniciativa e não o capitalismo de Estado. Não há lastro jurídico para a tese de que se é preciso passar pelo Congresso para criar, tem que passar também para vender —disse Barroso.

Esse paralelismo tinha sido defendido no voto do ministro Lewandowski, autor da liminar dada no ano passado. Com base nisso, o ministro Fachin decidiu suspender a venda da TAG. Pior é que depois de toda a sessão de ontem, e a decisão adiada para hoje, o ministro Dias Toffoli disse que o debate era apenas teórico, abstrato sobre como o governo pode se desfazer de seus ativos, e só depois será o julgamento do caso específico da TAG.

O grande problema no Brasil é a insegurança jurídica. A venda do gasoduto foi suspensa com o argumento de que não houve licitação. Na opinião da direção da Petrobras houve sim. Foram seguidos exatamente os trâmites negociados com o Tribunal de Contas da União no ano passado, de dar o máximo de transparência possível. O TCU havia criticado o processo de venda por carta-convite no governo Temer.

A Petrobras então mudou o processo em conversa com os técnicos do TCU e chegou-se a um formato de venda. Primeiro é divulgado o que eles chamam de "teaser", com comunicado ao mercado nas bolsas de valores, daqui e do exterior. Apareceram 87 interessados. Passou-se para a próxima fase, da oferta preliminar, em que ficaram 20 grupos. Por fim, três fizeram propostas definitivas e foi escolhida a de maior valor.

— É errado achar que há uma única forma de se fazer um certame competitivo. Há um procedimento sofisticado, com muitas etapas, que foi seguido no processo de alienação da TAG. O importante é que o processo de competição assegure um resultado vantajoso para o governo — disse o ministro Barroso.

O debate continua hoje. O que está em jogo é muito mais do que um gasoduto. A Petrobras foi atingida pela corrupção, pela má gestão, pelo inchaço dos custos, pelos investimentos errados e definidos politicamente, pelo endividamento excessivo. É uma excelente empresa, mas que precisa se ajustar. Tem para vender outros ativos, uma parte da BR Distribuidora, a Gaspetro, a Liquigás, que já está com o "teaser" na rua. Isso sem falar nas refinarias. Além de ajustar a Petrobras, é preciso ajustar o próprio país. Se o STF disser não, o processo será muito mais longo e penoso.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/06/2019

Seção: Mundo

Autor: JANAÍNA FIGUEIREDO* E ELIANE OLIVEIRA - *Enviada especial

Título: Foco na crise e na rua

Macri vê visita de Bolsonaro como reforço em relação crucial a reeleição

BUENOS AIRES E BRASÍLIA- O presidente Jair Bolsonaro (PSL) desembarcará hoje na capital argentina para sua primeira visita de Estado ao país em meio a um dos momentos mais difíceis para seu anfitrião, Mauricio Macri, já em campanha para tentar reeleger-se nas eleições presidenciais de outubro. Em baixa nas pesquisas e lidando com uma pré-candidatura à Vice-Presidência da senadora e ex-presidente Cristina Kirchner (2007-2015), que domina a agenda política local, o chefe de Estado e seus principais colaboradores tentaram nos últimos dias minimizar um eventual impacto negativo da presença de Bolsonaro e priorizar a importância de fortalecer o relacionamento com o principal sócio comercial da Argentina na região.

Na Casa Rosada a avaliação é simples: uma foto com Bolsonaro pesa menos do que a necessidade de que o Brasil se recupere e possa ajudar a Argentina a sair do atoleiro em que está metida.

Perguntado em conversa informal sobre protestos organizados para hoje por mais de 50 movimentos sociais — em repúdio à presença de Bolsonaro, um importante assessor de Macri foi enfático: — Para nós, o importante é que o Brasil volte a crescer e seja um impulso para a Argentina. A recessão que estamos enfrentando há 11 meses é consequência, entre outros fatores, da crise brasileira. Se o presidente é Bolsonaro, se foi o que os brasileiros elegeram, será bem-vindo.

BRASIL FORTE AJUDA MACRI

Em outras palavras, Macri precisa de um Brasil fortalecido em sua campanha pela reeleição. Isso, na opinião do presidente argentino e de seus colaboradores, é o que importa neste momento.

— Vamos reafirmar os caminhos escolhidos pela Argentina e pelo Brasil. O resto é especulação política de campanha de quem não tem mais o que fazer — disse ao GLOBO o ministro da Produção argentino, Dante Sica, que chefiará a equipe econômica local durante o encontro bilateral.

O governo argentino sabe que Bolsonaro opinará sobre a eleição argentina, como tem feito desde que Cristina reapareceu em cena e, apesar de ter optado por ser pré-candidata a vice (assumindo que enfrenta uma alta rejeição), ocupa um papel central na campanha. O presidente brasileiro já expressou sua preocupação por um eventual "retorno do populismo" à Argentina, e Macri e seus ministros estão preparados para que faça o mesmo em sua visita ao país. Mas isso não parece preocupar muito a Casa Rosada, mergulhada no desafio de recuperar o apoio perdido, em grande medida, pela crise econômica que Macri

não conseguiu superar. E, nesse sentido, a aliança com o Brasil é considerada crucial.

— É nosso principal mercado, nosso eixo na região... A visita do presidente do Brasil é um dado importante — frisou Sica, confiado em que o presidente argentino "já está melhorando nas pesquisas e vai ganhar a eleição"..

Para o ministro, a sensação instalada no país de que Cristina vai voltar "é passageira". Ele discutirá com o ministro da Economia, Paulo Guedes, questões bilaterais e também do Mercosul, principalmente a negociação do acordo de livre comércio com a União Europeia (UE), que Macri espera assinar antes das eleições.

Os dois presidentes selarão entendimentos em matéria de defesa, infraestrutura, meio ambiente e comércio, entre outros. Bolsonaro terá uma agenda intensa, que incluirá encontros com representantes do Parlamento, da Corte Suprema de Justiça e empresários. Grande parte das reuniões será realizada na Casa Rosada. Em sua comitiva, estão previstos sete ministros: Defesa (Fernando Azevedo e Silva); Economia (Paulo Guedes), Agricultura (Tereza Cristina), **Minas e energia (Bento Albuquerque)**; Ciência e Tecnologia (Marcos Pontes), Gabinete de Segurança Institucional (Augusto Heleno), e Relações Exteriores (Ernesto Araújo).

BOM RELACIONAMENTO

Já para o Brasil, historicamente, a Argentina sempre esteve no radar da diplomacia. O principal sócio do Mercosul é o terceiro maior comprador de produtos do Brasil, em sua quase totalidade manufaturados. As atenções se redobram nos últimos anos, com o agravamento da crise econômica no país vizinho, que causou uma queda dos embarques de automóveis, veículos de carga, tratores, óleos combustíveis e bens de capital ao mercado argentino.

Somente em maio, houve uma redução de 19,3% das exportações para a Argentina em relação ao mesmo mês de 2018. A crise no país vizinho atingiu em cheio o comércio bilateral. Se nos últimos sete anos o Brasil vendia mais do que comprava dos vizinhos, garantindo superávits mensais no intercâmbio bilateral, este ano, no período de janeiro a abril, foi contabilizado um déficit acumulado de US\$ 338 milhões, segundo o Ministério da Economia.

Paralelamente à crise e seus efeitos na economia brasileira, os governos do Brasil e da Argentina se entendem bem como há tempos não se via. Bolsonaro e Macri deixaram de lado as disputas comerciais e passaram a discutir, juntos, formas de abrir o Mercosul para terceiros mercados. Isso se daria por meio da redução das tarifas de importação.

CRISTINA NO CAMINHO

Essa liberalização fez parte da campanha de Bolsonaro e está na agenda do ministro Paulo Guedes. Porém, a não ser que dê as costas ao bloco — de modo a que possa abrir seu mercado para máquinas, equipamentos, insumos, bens de consumo e outras categorias — o Brasil precisa da concordância dos demais sócios do Mercosul. Isso incluiria não apenas a Argentina, mas também Paraguai e Uruguai.

A questão é que vantagem da chapa de Alberto Fernandes — que tem como vice Cristina — em relação a Macri preocupa o governo brasileiro. A avaliação é que uma vitória do kirchnerismo poderá atrapalhar os planos de Bolsonaro para o Mercosul.

VEÍCULO: O Globo**Data: 06/06/2019****Seção: Economia****Autor: RAMONA ORDONEZ****Título: Amigo de Bolsonaro terá cargo de R\$ 55 mil na Petrobras**

Vetado inicialmente para a gerência de Inteligência e Segurança, funcionário foi nomeado assessor da presidência da companhia

Vetado para uma gerência da Petrobras, Carlos Victor Nagem, amigo do presidente Jair Bolsonaro, acabou nomeado assessor da presidência da estatal. Segundo fontes, a remuneração do cargo é da ordem de R\$ 55 mil mensais.

Funcionário de carreira da estatal há 11 anos, ele vai atuar "em projetos especiais da área de Inteligência e Segurança Corporativa (ISC), entre os quais o Programa Integrado Petrobras de Proteção de Dutos (Pró-Dutos)", informou a Petrobras. Esse programa deve ser lançado na próxima sexta-feira com o objetivo de reduzir o número elevado de roubo de combustíveis em dutos da Transpetro, subsidiária da estatal.

Em janeiro, Nagem havia sido indicado pelo presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, para ocupar a gerência de Inteligência e Segurança da estatal, mas seu nome foi vetado pelo processo interno de avaliação por falta de experiência gerencial anterior. Mesmo sem os requisitos necessários para a posição, ele chegou até à última instância para a nomeação.

DUAS VEZES CANDIDATO

Nagem iria ocupar a vaga deixada por Regina de Luca Miki, que não era funcionária de carreira e foi demitida em dezembro de 2018, ainda antes da

posse de Bolsonaro. Regina foi secretária de Segurança Pública no governo Dilma Rousseff.

Conhecido como capitão Victor, Nagem é militar da reserva da Marinha e professor universitário, segundo a estatal. Graduado em Administração pela Escola Naval, estava lotado na ISC há seis anos.

Nagem tentou duas vezes a carreira política. Em 2016, licenciou-se da Petrobras para concorrer à Câmara dos Vereadores do Rio. Dois anos depois, concorreu à Assembleia Legislativa. Mesmo com o apoio de Bolsonaro, não se elegeu. Em um vídeo de 2016, Bolsonaro pede votos para Nagem classificando-o como "meu amigo particular": — É um homem, um cidadão que conheço há quase 30 anos — diz Bolsonaro.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/06/2019

Seção: Economia

Autor: CAROLINA BRÍGIDO E MANOEL VENTURA

Título: STF retoma hoje julgamento sobre critérios de privatização

Primeiro dia termina com empate entre ministros. Processo pode definir trâmites diferentes para estatais e subsidiárias

BRASÍLIA- O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu ontem o julgamento que vai decidir o futuro do processo de privatização de empresas estatais. Até agora, a votação dos ministros está empatada em dois a dois. A discussão será retomada hoje, com o posicionamento dos outros sete ministros. A tendência é que a Corte declare a necessidade de licitação e de lei específica apenas para a venda do controle acionário de "estatais-mães", como Petrobras e Eletrobras. A venda de ações que não implique perda do controle ou de subsidiárias e controladas poderia ser feita sem essas condições.

Está em jogo uma liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski no ano passado que condiciona a privatização de estatais ao aval do Congresso e a um processo de licitação. Na sessão de ontem, Lewandowski votou pela manutenção da liminar:

— A Constituição Federal exige a aquiescência do Legislativo aos processos de criação de empresa governamental. A criação das empresas demanda manifestação de vontade do chefe do Executivo e do Parlamento. Então, é necessária autorização legislativa também para desfazer a empresa.

REGRAS PARA SUBSIDIÁRIAS

O ministro defendeu ainda que subsidiárias e controladas também devem ser submetidas à mesma regra: — A vida das subsidiárias e controladas está regradada por lei. O desaparecimento delas precisa ser também contemplado por lei.

O ministro Edson Fachin votou no mesmo sentido. Alexandre de Moraes discordou. Para ele, é necessária prévia autorização do Congresso e licitação para a perda do controle acionário da "estatal-mãe". Para Moraes, esse modelo respeita a competitividade das estatais no mercado e a saúde financeira das empresas.

— Entendo que o Estado possa vender todas as ações de uma subsidiária e investir em outra. Ele está obedecendo às regras de mercado do direito privado. O que ele não pode é perder o controle acionário da empresa-mãe. Aí é privatização, regida por lei específica — argumentou Moraes.

Caso o STF entenda ser necessária uma lei para privatizar as empresas-mães, a decisão pode afetar mais de uma dezena de estatais. Isso porque o governo tem, hoje, 18 empresas públicas dependentes do Tesouro Nacional e 28 não dependentes, sem contar suas respectivas subsidiárias, segundo dados do Ministério da

Economia. É o caso, por exemplo, de Correios, Infraero, Telebras, Dataprev, além de Eletrobras e Petrobras e dos bancos públicos BNDES, Caixa e Banco do Brasil.

GOVERNO ESTUDA SAÍDA

Já subsidiárias como a Transpetro (transportadora da Petrobras) poderiam ser vendidas sem aval do Congresso se esse entendimento se confirmar. No entanto, a necessidade de licitação para todos os casos afeta a Petrobras porque não é exatamente esse o modelo que a estatal pretende usar para vender refinarias, por exemplo. Também não é essa a forma que a empresa usa para vender blocos de petróleo. A estatal tem argumentado que segue normas do Tribunal de Contas da União (TCU) nas negociações.

Técnicos do governo já estudam, porém, uma brecha para facilitar o processo de privatização. Uma das possibilidades é incluir estatais no Programa Nacional de Desestatizações (PND) por meio de decreto presidencial. Com isso, seria possível acelerar o processo de venda das empresas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/06/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA E JUSSARA SOARES

Título: Câmara aprova redução de controle sobre Orçamento

Texto obriga equipe econômica a executar emendas de bancadas estaduais.
Votação de crédito para pagar aposentadorias é adiada

BRASÍLIA- A Câmara dos Deputados aprovou ontem proposta que reduz o controle do governo sobre o Orçamento. O texto obriga a equipe econômica a executar emendas das bancadas estaduais, reduzindo a quantidade de recursos que os técnicos podem manejar livremente. A equipe do ministro Paulo Guedes era contrária à proposta, uma emenda constitucional (PEC), mas, diante da disposição do Congresso em avançar com a medida, negociou a inclusão no texto de benefício para os estados.

A PEC reserva 30% dos recursos arrecadados no mega-leilão do pré-sal, marcado para outubro, para estados e municípios. O governo irá receber R\$106 bilhões com a licitação. A proposta foi aprovada em dois turnos. A parte que trata da divisão de recursos do pré-sal será analisada pelo Senado.

Em outra frente, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso adiou a votação do projeto que libera crédito emergencial de R\$ 248 bilhões para o governo. O dinheiro é necessário para pagar aposentadorias e benefícios sociais como o Bolsa Família a partir do segundo semestre.

A expectativa era que o projeto de lei, depois de aprovado na comissão, fosse votado ontem numa sessão conjunta do Congresso. No entanto, partidos de oposição, como PT e PCdoB, obstruíram a reunião da comissão, deixando de registrar presença, o que fez com que não houvesse quórum para continuar a votação.

O porta-voz da Presidência, Otávio Rego Barros, disse ontem que o presidente Jair Bolsonaro avalia que parlamentares vão entender a necessidade de aprovar a proposta: — A articulação do governo está resolvendo o impasse por intermédio do diálogo e da busca por consenso, por entender a importância da aceitação por parte do Congresso da solicitação do governo. O presidente Bolsonaro tem a crença que os parlamentares vão aquiescer sobre a necessidade da manutenção do BPC e Bolsa Família para a parcela mais humilde da população.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/06/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Novo plano de ajuda aos estados é paliativo

O PEF é importante para aliviar as contas, mas superação da crise fiscal só com a reforma da Previdência

No cenário de ruínas do quadro fiscal, o contribuinte já foi levado a bancar a renegociação de dívidas de estados e grandes municípios. Estes, com raras exceções, voltaram ao estrangulamento financeiro. Parte-se agora para mais uma tentativa de socorro, por meio do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF), desenhado na Secretaria do Tesouro, daí o programa ser apelidado de Plano Mansueto, nome do secretário.

Antes, no governo Temer, foi lançado o Regime de Recuperação Fiscal, com o atraente benefício de estabelecer moratória no pagamento da dívida pública por um período. Teve a adesão apenas do Rio de Janeiro —atingido pela queda da receita dos royalties do petróleo e por erros administrativos da dupla Sérgio Cabral-Pezão, além da própria crise nacional.

A menos de dois anos de vencer o prazo do regime de ajuste pactuado com o Tesouro, é quase certo que o estado tentará alguma prorrogação. Não consegue se ajustar, devido à resistência da classe política em cortar gastos. O fluminense e o carioca pagam o preço na degradação dos serviços públicos básicos —na saúde, o caso mais trágico.

O PEF foi planejado considerando-se esta experiência negativa com o Rio de Janeiro e outros casos de manobras contábeis de governadores com o objetivo de mascarar seus gastos de pessoal, a fim de mantê-los fraudulentamente abaixo do limite de 60% da receita corrente líquida, exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Entre outros artifícios.

O PEF exige que estados e municípios interessados em obter ajuda comprometam-se com pelo menos três de oito exigências: privatizar empresas de energia, de gás e financeiras; reduzir incentivos tributários; rever o sistema jurídico do funcionalismo, para acabar com benefícios inexistentes no âmbito da União; estabelecer o teto de gastos; eliminar vinculações no orçamento que não existem na Carta; unificar o caixa; seguir diretrizes da Agência Nacional do Petróleo (ANP) para a distribuição do gás canalizado; e especificamente privatizar empresa de saneamento ou fazer concessões para o setor privado.

É provável que entre as três alternativas escolhidas não esteja a privatização de companhias de saneamento, que parecem as preferidas dos políticos para exercitar o clientelismo.

Não importa que o mau serviço que prestam degrade a saúde de boa parte da população. A Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) chegou a aprovar a proibição da venda a capitais privados da ineficiente Cedae.

Em toda a série de opções de ajuste para escolha de governadores e prefeitos é necessária grande atenção dos auditores do Tesouro, dada a cultura de desregramento fiscal sem punições. O objetivo do plano é liberar garantias do Tesouro a empréstimos dos entes federativos —para que obtenham crédito nos bancos privados —, mas apenas mediante a comprovação de que o prometido foi executado.

O PEF visa a recuperar a capacidade de estados e municípios obterem crédito no sistema financeiro privado, interno ou externo. Mas não se trata de uma tábua mágica de salvação. O próprio Ministério da Economia emitiu nota para alertar que sem a reforma da Previdência não haverá uma recuperação fiscal consistente da Federação.

Forte motivo para governadores e prefeitos trabalharem politicamente para a reforma. O PEF é uma espécie de balão de oxigênio, imprescindível, mas apenas para manter o paciente vivo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Merval Pereira

Título: Parlamento toma as rédeas

As dificuldades que o governo vem enfrentando para aprovar seus projetos na Câmara devem-se à inexperiência de seus líderes, e à falta de uma base parlamentar firme. Mas, sobretudo, à decisão dos parlamentares de tomar as rédeas das votações.

Por isso, a tendência de limitar as medidas provisórias e a aprovação em segundo turno, ontem, da emenda constitucional do Orçamento Impositivo para as emendas de bancadas. Essa também é a explicação para as dificuldades que o governo está tendo para aprovar o crédito suplementar e, sobretudo, a reforma da Previdência.

Muitos líderes partidários não acreditam que o projeto de crédito suplementar vá à votação na próxima semana, devido às muitas matérias que precisam ser votadas para limpar a pauta, inclusive 23 vetos.

Um crédito suplementar de R\$ 248,9 bilhões, a serem obtidos com a emissão de títulos do Tesouro, tem como objetivo evitar o descumprimento da chamada "regra de ouro" que, incluída na Constituição, impede que o governo contraia dívidas para pagar despesas correntes, como salários e benefícios sociais.

A líder do governo, deputada Joice Hasselmann, garante que já há acordo com os partidos de oposição para limpar a pauta, o que é incoerente com a posição dos oposicionistas, que anunciaram obstrução para impedir a aprovação. Tudo indica que o governo terá que fazer um acordo com a oposição para conseguir esse crédito, mesmo que ela seja minoritária.

A falta de articulação dos governistas no Congresso está sendo aproveitada pela oposição, inclusive na reforma da Previdência. A extensão da reforma aos estados e municípios, por exemplo, é uma reivindicação oposicionista que tem lógica.

Mas essa insistência parece a líderes governistas uma manobra para retirar votos da aprovação, pois muitos deputados federais querem que essa extensão seja feita pelas Assembleias Legislativas.

O mais provável é que essa exigência seja transferida mesmo para estados e municípios. Não afeta o resultado final da economia, mas tira organicidade da reforma, e deixa incompleta uma parte importante da reestruturação financeira do sistema previdenciário.

A relação do presidente Jair Bolsonaro com o Congresso, que parecia ser promissora quando se analisava a tendência conservadora da maioria, na prática nunca foi harmoniosa.

O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, no Twitter, comemorou a aprovação da PEC do Orçamento Impositivo para emendas de bancada. "Aprovamos em segundo turno o Orçamento Impositivo. Essa proposta otimiza e democratiza o gasto público. Nós vamos ter o poder de aprovar o próximo Orçamento, as políticas públicas do governo, os investimentos. O Parlamento recompõe a sua prerrogativa."

Essa recomposição das prerrogativas é tão almejada que a Câmara fez uma alteração na PEC, o que obrigará que sejam novamente votadas, em dois turnos, no Senado. Foi aprovado um destaque que retirou da proposta a exclusividade de iniciativa do presidente da República na apresentação de projeto de lei para definição dos detalhes para a repartição com estados e municípios, de receitas obtidas a partir de leilões do excedente da cessão onerosa do petróleo do pré-sal.

Em movimentos sucessivos para se reaproximar do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, Bolsonaro chamou-o de "meu irmão". Mudou também de tom em relação ao Congresso, admitindo que precisa de sua ajuda para "mudar o destino do Brasil".

Segundo o presidente, o povo e a "nova classe política" que saiu das urnas e "tomou a Câmara dos Deputados e o Senado Federal" podem permitir essa mudança, pois o Congresso hoje tem um "espírito diferente, se voltando realmente para o interesse popular."

Ao que tudo indica, ele está entendendo que, sem o Congresso, não governará, como já dizia o ex-deputado Ulysses Guimarães: "Presidente da República sem o Congresso não governa. Não governa no Brasil nem em nenhuma democracia do mundo. Governo solidário, integrado, condominial, é o que ordena a Constituição. Ela repudia a ingovernabilidade do governo solitário, em que o destino de milhões de seres humanos depende de apenas uma cabeça. O que o presidente da República faz, o Congresso pode desfazer".

MME / ASCOM .